DEMOCRACIA, AGÊNCIA E ESTADO: TEORIA COM INTENÇÃO COMPARATIVA

*DEMOCRACY, AGENCY AND STATE: THEORY
WITH COMPARATIVE PURPOSE*

Ronaldo Bernardino Colvero
Vinicius de Lara Ribas

Reprodução e autorização:
revistadebates@ufrgs.br
ISSN Eletrônico 1982-5269
ISSN Impresso 2236-479X
www.revistadebates.ufrgs.br

O'DONNELL, Guillermo. Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 316 p.

A obra de Guillermo O'Donnell, falecido em novembro de 2011, representa uma grande discussão para a teoria democrática e as Ciências Sociais no continente latino-americano (BULCOURF e DUFOUR, 2012), ao passo que toda ela virou leitura obrigatória em toda a ciência política internacional (NASCIMENTO, 2012). Seu último livro, aqui resenhado, não saiu desta lógica. O'Donnell estuda o regime democrático em seus dois componentes essenciais: o cidadão (agente) e o Estado.

O autor inicia seu trabalho analisando algumas definições sobre a democracia e como esta se desenvolve, inicialmente com os autores conhecidos como “minimalistas”. Para esses, a democracia é composta por um conjunto de instituições, em consonância, tomam decisões políticas quando coexistem com algumas liberdades essenciais, tais como liberdade de informação, respeito, tolerância a diferenças de opiniões, dentre outras. O'Donnell, apesar de admitir que esta visão, inaugurada por Schumpeter, é elitista, nega que esta seja “minimalista”, pois ao definir critérios básicos de liberdade para o funcionamento do regime, não o centra apenas na questão do método (eleições), mas sim em um arranjo institucional.

Das definições conhecidas como schumpeterianas, entendidas na literatura como herdeiros da tradição minimalista, O'Donnell analisa a de Adam Przeworski, Huntington, Di Palma, Sartori e, finalmente, Dahl. Para o primeiro, entende-se que, apesar de sua definição possuir carências, ela traz algo fundamental, que diz respeito a três características do regime e

suas eleições: elas devem ser incertas quanto ao resultado, irreversíveis e, principalmente, repetidas de forma periódica. Ou seja, a oposição deve possuir a chance de competir e, caso seja a vontade dos eleitores, assumir governo.

Huntington e Di Palma defendem, cada um em seus trabalhos, ideias semelhantes, nos quais: o sufrágio deve ser limpo, os candidatos devem competir em igualdade de condições, partidos competitivos, opção para os eleitores e, no âmbito do Estado, instituições que regulem tanto o governo quanto o papel exercido pela oposição. Sartori acrescenta que o direito das minorias devem ser respeitados. Por fim, Dahl estabeleceu as oito condições essenciais ao regime democrático, do qual O'Donnell faz o elogio:

A definição de Dahl tem a virtude de ter um nível de detalhes não excessivo, é em princípio suficiente para distinguir a democracia política de outros tipos de regime político. No entanto, como no caso dos autores antes mencionados, seria equivocado interpretar esta definição como minimalista ou, como faz Dahl, contrapor o objeto de sua definição a alguma visão idealizada da democracia propriamente dita (2011, p. 26).

O'Donnell, ao analisar a literatura corrente sobre o conceito de democracia, admite a construção e principalmente o completo conceito formulado por Dahl, mas acrescenta dois fatores primordiais para as eleições democráticas, que na maioria das vezes são esquecidos pelos autores, fato que ele credita a obviedade dos requisitos em países do Noroeste, mas não no sul: as eleições devem ser decisivas e institucionalizadas.

Por institucionalizada, o autor defende que o regime é imposto independente do ego e vontade de um único indivíduo, pois deve vir antes dele e superá-lo em longevidade. Por decisivas, O'Donnell acredita que as eleições devam ser limpas, extrapolando os critérios de Dahl – no qual se comprova que somente eles não garantem a assepsia do pleito – para, então, serem de fato institucionalizadas como decisivas.

O primeiro critério básico do regime é aprofundado no capítulo II: trata-se da agência. O autor defende que o microfundamento da democracia não é apenas o eleitor, mas sim o próprio cidadão ou indivíduo, pois “o (a) agente que dá sentido e fundamento à cidadania” (2011, p. 41). A definição de agência é clara:

[...] agente é alguém dotado de razão prática e discernimento moral, que usa sua capacidade intelectual e motivação para tomar decisões que, em princípio, são razoáveis em função de sua situação e objetivos e dos que, salvo provas conclusivas ao contrário, considera-se sejam o (a) melhor juiz (juíza) (2011, p. 43).

A noção de agente surge antes mesmo da concepção de democracia, nascida nos Estados do Noroeste europeu, pois é a ideia de seres possuidores de direitos e tem início nas religiões criacionistas, perpassando o direito romano, autores do século XVI, tais como Grotius e Hobbes, sendo este último importante pois definiu os direitos de forma individualista e secular. Não obstante, para o autor, a construção de sujeitos agentes se desenvolveu de forma dinâmica com o surgimento do capitalismo, pois ele gerou, dentre outras medidas, a aceitação exclusiva do “trabalho livre” (remunerado), um direito subjetivo ao passo que condenava a escravidão.

Por entender que a agência denota uma série de direitos subjetivos, O'Donnell cita que a ideia de agente surgiu antes do liberalismo e da democracia política, mas com o nascimento das democracias modernas, a partir da revolução francesa e da revolução norte-americana, a representação deixa de ser no âmbito do lar e da propriedade para tornar-se algo do próprio indivíduo ou, então, agente.

Após a análise do primeiro componente indispensável à democracia, o cidadão, localizado no nível micro, Guillermo O'Donnell transfere-se ao nível macro e ao segundo componente essencial da democracia, que é o Estado. O autor inicia sua análise conceituando e historicizando o surgimento de Estado, que nos remete aos países do Noroeste europeu, através de uma concepção weberiana, no qual este possui um território delimitado, bem como o monopólio e legitimidade do uso da coerção física.

No entanto, somente o conceito weberiano não é o suficiente, pois “O estado processa e condensa poderes que emergem da sociedade (em nível local, internacional e transnacional), e também gera seus próprios poderes” (2011, p. 68), por isto pode-se dividir Estado em quatro dimensões principais.

A primeira diz respeito à burocracia estatal, o que o torna, então, um “conjunto de burocracias” (2011, p. 68), onde um arranjo institucional possui a legitimidade e amparo legal para a busca do bem comum. A segunda dimensão é a efetividade dele como um sistema legal, onde se expressa nas formas de lei, pois estas são a validade do Estado, conectadas diretamente ao sistema burocrático, pois atua conforme as responsabilidades lhes atribuídas nas leis.

A terceira dimensão observada é a credibilidade do Estado, tendo este como “um foco de identidade coletiva” (2011, p. 69), onde o discurso estatal, através das leis, instituições e funcionários públicos – eleitos ou não – é de que o trabalho desenvolvido por eles são indispensáveis para a manutenção do bem comum. Por fim, a quarta dimensão é a de filtragem, em que ele faz o papel de regular os variados “espaços e fronteiras que mediam o interior e exterior do seu território” (2011, p. 69). O Estado é, ainda, “masculino”, pois este é o gênero dominante em sua cúpula e nas famílias, “absorvente”, pois “regula múltiplas

relações sociais” (2011, p. 89); e, então, “ciumento em suas tentativas de criar e reproduzir identidades coletivas extensas e excludentes” (2011, p. 90).

Conforme já mencionado, o Estado busca a formação de uma identidade coletiva. Isto se dá através da construção de discursos que delimitam uma nação (provindos, geralmente, da sua cúpula de funcionários), sendo alguns grupos excluídos e outros aceitos oficialmente. Para tal, são utilizados rituais e símbolos, como bandeiras e hinos, na tentativa de “criar uma identidade coletiva ampla e firmemente compartilhada, e ser reconhecido como um filtro benéfico do que é ‘externo’ a ele” (2011, p. 96), com isto o nacionalismo foi gradativamente institucionalizado no âmbito estatal, muitas vezes, inclusive pisando no perigoso campo nacionalista, Estados e nações tornaram-se xenófobas e até mesmo fascistas, em virtude da busca de sua legitimidade.

No entanto, apenas as quatro dimensões delimitadas não são suficientes para entender o Estado, pois este possui diversas faces, em que cada indivíduo experimenta uma delas. Esta discussão, defendida por O’Donnell, insere no âmbito do Estado também o capitalismo, onde este tem suas relações sociais garantidas. Dentre estas faces, está presente também o fenômeno da globalização, onde o autor nega que cause o enfraquecimento dos Estados, e pelo contrário, os torna mais fortes, pois é dever do Estado provocar o surgimento e consolidação de redes e fluxos transnacionais.

Definindo teoricamente democracia, agência e Estado, o autor leva sua análise a uma breve discussão sobre América Latina, de forma comparativa, e analisa a receptividade de ideais democráticos e confiança nas instituições, no período mais longo de democracia em nosso continente. Para ele, ainda que instituições como o Congresso Nacional, o poder jurídico e até mesmo o aparato policial estejam em descrédito para com os cidadãos, o regime democrático ainda se encontra entre a melhor opção, uma vez que o terrorismo estatal matava, também, a concepção de agentes.

Para concluir, o livro de Guillermo O’Donnell apresenta uma densa discussão sobre agência e Estado, duas premissas fundamentais do regime democrático e quase imperceptíveis separadamente. De leitura obrigatória a todos das Ciências Sociais, e particularmente Ciência Política – como toda obra de O’Donnell – este livro discute teoria agregando-a com passagens biográficas do próprio autor, tais como viver sob a Argentina militarizada dos anos 1970; e descobrir na biblioteca de Yale que os politólogos norte-americanos entendiam que o regime autoritário, em certa medida, era bom para os países ibéricos, onde “faltava individualismo” para a construção da democracia. Nesse sentido, o estudo da agência e a construção desta nos Estados latino-americanos são essenciais para a manutenção e melhora da qualidade democrática em nosso continente.

Vinicius de Lara Ribas é estudante do curso de ciências Sociais em Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, Rio Grande do Sul.

E-mail: viribas92@hotmail.com

Ronaldo Bernardino Colvero é Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), na qual coordena o curso de Ciências Sociais – Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail: rbcolvero@gmail.com

Referências

BULCOURF, Pablo; DUFOUR, Gustavo. Guillermo O'Donnell e sua contribuição para o desenvolvimento da Ciência Política Latino-Americana. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 5-35, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582012000100001&lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2012.

NASCIMENTO, Paulo César. Guillermo O'Donnell (1936-2011). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, s/v, n. 7, p. 9-14, jan.-abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522012000100001&lang=PT>. Acesso em: 03 ago. 2012.

O'DONNELL, Guillermo. *Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PRZEWORSKI, Adam. Guillermo: uma nota pessoal. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, s/v, n. 92, p. 5-6, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002012000100001&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2012.

REIS, Fábio Wanderley. Diálogos com Guillermo O'Donnell. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, s/v, n. 92, p. 143-151, mar. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002012000100010&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2012.

Texto recebido em 31/08/2012.

Aprovado em 01/11/2012.